

## UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 16ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
<b>DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)</b>	<b>138.776.989,77</b>	<b>69.981,45</b>	<b>138.846.971,22</b>
Pessoal Ativo	124.154.633,50	63.302,64	124.217.936,14
Pessoal Inativo e Pensionistas	14.622.356,27	6.678,81	14.629.035,08
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
<b>DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)</b>	<b>12.723.251,94</b>	<b>44.903,66</b>	<b>12.768.155,60</b>
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	155.898,67	38.224,85	194.123,52
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.567.353,27	6.678,81	12.574.032,08
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>126.053.737,83</b>	<b>25.077,79</b>	<b>126.078.815,62</b>

## APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)</b>			<b>642.507.278.000,00</b>
<b>% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III e / IV)*100</b>	<b>0,019619%</b>	<b>0,000004%</b>	<b>0,019623%</b>
<b>LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,026304%</b>		<b>169.005.114,41</b>
<b>LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,024989%</b>		<b>160.554.858,68</b>
<b>LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - &lt;%&gt;</b>	<b>0,023674%</b>		<b>152.104.602,96</b>

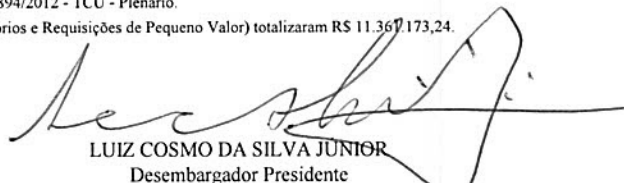
FONTE: TRT16/SOF, 21/mai/2015 às 16h 53min

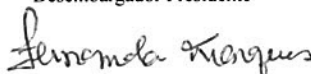
Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Nota 2) As despesas com Auxílio Natalidade e Auxílio Funeral, no valor de R\$ 58.587,07, foram excluídas, em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAF/SOF/MP-SUCON/STIN-MF, e no Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário.


Nota 3) As despesas decorrentes de decisão judicial (Precatórios e Requisições de Pequeno Valor) totalizaram R\$ 11.367.173,24.

  
LUIZ COSMO DA SILVA JÚNIOR  
Desembargador Presidente

  
FERNANDA CRISTINA MUNIZ MARQUES  
Diretora Geral Substituta

  
FLÁVIA REGINA RÉGO CORDEIRO  
Secretária de Orçamento e Finanças

  
GESON DE JESUS MOREIRA COSTA  
Coordenador de Controle Interno

  
JOÃO BATISTA SOBRINHO  
Chefe do Setor de Contabilidade Analítica Substituto